

O Neodesenvolvimentismo do Agronegócio, a Sociedade do Consumo e o Ambiente: reflexões para uma Educação Ambiental que se pretende Crítica

The Neo-Development of Agribusiness, the Consumer Society and the Environment: reflections for an Environmental Education that is intended to be Critical

El Neodesarrollo de los agronegocios, la sociedad de consumo y el medio ambiente: reflexiones para una educación ambiental que pretende ser crítica

Thiago da Silva Oliveira¹
Alexandre Maia do Bomfim²

Resumo

No momento inicial deste trabalho, iniciamos com a crítica da própria Educação Ambiental (EA), sobretudo a que não problematiza questões centrais presentes nos discursos hegemônicos. Entre as críticas essenciais para nossos objetivos está ao consumismo, por meio dele chegamos ao estudo do Neodesenvolvimentismo, a reedição, com alterações importantes, do Desenvolvimentismo do Século XX – projeto latinoamericano que buscou a superação da situação de subdesenvolvimento da região. O Neodesenvolvimentismo ampliou o conceito do antigo desenvolvimentismo com a introdução de novos itens em sua pauta, como o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo. Entretanto, o olhar ambiental dessa nova proposta se revelou pragmático e utilitarista, colocando o meio ambiente a serviço do lucro empresarial e depositando nele a expectativa de crescimento econômico. Nesse mesmo projeto a ascensão do Agronegócio passou a influenciar a educação, desde o nível médio até a pós-graduação. A EA decorrente de todo esse processo é conservadora, estanque e ingênua, o que contribui para a manutenção dos pressupostos desenvolvimentistas. Portanto uma Educação Ambiental que se pretende Crítica deve extrapolar as fronteiras do sistema em que estamos inseridos, sem isso ela não será transformadora.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica. Neodesenvolvimentismo. Desenvolvimentismo e Ambiente.

Abstract

Our intention in this paper is to criticize the Environmental Education itself, mainly that one not having problems with nuclear issues present in hegemonic discourses in society. Consumption is the main criticism we assume here, through it we come to the study of neo-developmentalism, a reprint, with important changes, of classical developmentalism of the twentieth century - Latin American project aimed at overcoming the underdevelopment of the region. New Developmentalism has broadened the concept of old development by introducing new items into its agenda, such as Sustainable Development. However, the environmental look of this new proposal will be revealed pragmatic and utilitarian, placing the environment in the service of corporate profit and placing in it an expectation of economic growth. In the same project, the rise of agribusiness began to influence education, from middle school to graduate school. The EA result from this whole process is conservative and limited, interested only

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

in maintaining developmental assumptions. Therefore, a Critical Environmental Education must go beyond the boundaries of the system in which we operate, but this will not be transformative.

Keywords: Critical Environmental Education, Neodevelopmentalism, Environment.

Resumen

Nuestra intención en este artículo es criticar la Educación Ambiental misma, especialmente la que no problematiza los problemas nucleares presentes en los discursos hegemónicos en la sociedad. Entre las críticas esenciales de nuestros objetivos está el consumismo, a través del cual llegamos al estudio del neodesarrollismo, una reimpresión, con cambios importantes, del desarrollismo clásico del siglo XX: proyecto latinoamericano que buscaba superar la situación de subdesarrollo de la región. El neodesarrollismo amplió el concepto del viejo desarrollismo al introducir nuevos ítems en su agenda, como el Desarrollo Sostenible. Sin embargo, la perspectiva ambiental de esta nueva propuesta ha resultado ser pragmática y utilitaria, colocando el medio ambiente al servicio de las ganancias corporativas y colocando en él la expectativa de crecimiento económico. En este mismo proyecto, el auge de los agronegocios comenzó a influir en la educación, desde la escuela intermedia hasta la escuela de posgrado. La EA resultante de todo este proceso es conservadora e limitada, solo le interesa mantener los supuestos de desarrollo. Por lo tanto, una Educación Ambiental Crítica debe ir más allá de los límites del sistema en el que operamos, sin ella no será transformadora.

Palabras-Claves: Educación Ambiental Crítica, Neodesarrollismo, Medio Ambiente.

Introdução

Nossa intenção aqui, antes de tudo, é fazer a crítica da própria Educação Ambiental (EA), especialmente a que é recorrentemente veiculada nos meios de comunicação, que não problematiza as posições e os discursos presentes hegemonicamente na sociedade. Para cumprir essa tarefa temos como referenciais teóricos autores que trabalham com esse mesmo objetivo, como: Bomfim (2010), Guimarães (2012), Lima e Layrargues (2011) etc. Além de nos alinharmos com autores que conciliam a questão ambiental ao materialismo dialético (CHESNAIS e SERFATI, 2003, DELUIZ e NOVICKI, 2004, LOWI, 2008, entre outros).

Pensar a questão ambiental no contexto brasileiro, um país desigual e com grande biodiversidade, nos permite uma ampla perspectiva de contradições, precisamente nessa fronteira entre propostas de políticas ambientais e socioeducativas do capitalismo frente ao cenário de degradação que encontramos na realidade. Um exemplo dessa contradição é a contínua expansão de um "mercado verde", no qual há a valorização de um produto por ser "ecologicamente correto", no mesmo momento em que sua distribuição é estagnada (já que a maioria da população não tem a possibilidade de adquiri-lo) e o incentivo ao consumismo (em relação aos demais produtos) não é categoricamente problematizado.

O que continuamos a ver nas propostas que tratam da questão ambiental é a tentativa de manter a conciliação entre a proteção da natureza e o desenvolvimentismo econômico, onde se alteraria o mínimo possível as bases da sociedade de mercado. Por esse caminho, tendo em vista os nossos referenciais teóricos, o máximo que se alcança é uma adaptação aos paradigmas capitalistas e não uma transformação da sociedade favoravelmente para a relação homem e natureza, pois o lucro continua sendo o organizador da sociedade (LOWY, 2013). A Educação Ambiental (EA), nesse lugar, se restringe

às mudanças comportamentais ou no patamar que só aparece após as causas da degradação, como na reciclagem, nos itens sobre crédito de carbono, selo verde, entre outros.

Neste trabalho faremos a contraposição dessa visão conservadora de EA em relação à reflexão sobre o que seria uma Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica), desta em que os antagonismos de classes são pressupostos e os conflitos de interesses se configuram na política por meios democráticos ou não. Portanto, a EA-Crítica não concebe a possibilidade de uma neutralidade na educação, pois sempre que se vislumbra essa alternativa, nota-se uma educação reprodutora, através da qual se fornece os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina reprodutiva do sistema do capital, sem o interesse na formação integral dos trabalhadores. Além disso, não é possível reverter o quadro de degradação ambiental se não tocarmos em alguns pontos sensíveis do modelo de sociedade em que vivemos, como esses: "a questão da sociedade de consumo; o desenvolvimento ilimitado; o direito também sem limites da propriedade dos ricos; a expropriação do trabalhador; o processo de mercantilização de tudo etc." (BOMFIM, 2010, p.3).

Neste estudo, assumimos a crítica ao consumismo como um caminho para as nossas reflexões, sobretudo para a relação feita com frequência entre o "consumo consciente" e a cidadania. Percebemos que seria necessário fazer isso, porque não temos à frente somente uma crítica por fazer a um consumismo patológico (que até o mais desenvolvimentista liberal poderia reconhecer), mas também uma crítica a um tipo de incentivo ao consumismo que está na estrutura do sistema. Fomos desafiados a pensar que dentro da sociedade capitalista há um consumismo estrutural³, que é constantemente estimulado acriticamente. Vale um discurso do presidente Luís Inácio da Silva (Lula), de 2008 que trata dessa questão do consumo.

[O trabalhador] pensa assim: eu não vou fazer a compra porque eu tenho medo de perder o emprego. O que eu quero dizer é que ele corre o risco de perder o emprego se ele não comprar, porque ele não comprando o comércio não encomenda para indústria, que não produz, e sem produzir, não tem emprego [na indústria]. [Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2008, sobre a crise que abateu a economia mundial no final da primeira década do sec. XXI] (*apud* BOMFIM, 2010, p.11).

A partir desse discurso, feito de forma emblemática pelo presidente Lula, percebemos a importância de compreender o panorama econômico no qual estamos inseridos e sua relação com a questão ambiental, no caso, a influência do projeto neodesenvolvimentista, estimulador do consumo, em relação ao meio ambiente e à educação ambiental.

3 Chamamos de "consumismo estrutural" a força que adquire o consumo como discurso e como prática econômica percebida no contexto da reestruturação capitalista, do fordismo para a produção flexível (cf. Harvey, 2017). Nessa reestruturação sistêmica, a produção em massa deixa de ser relevante e a produção se volta à satisfação imediata da demanda, reduzindo o desperdício e valorizando o consumo como promotor do desenvolvimento econômico. No Brasil, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) se notabilizou pelas políticas em favor do consumo, como a expansão do crédito e a transferência de renda direta, com vista ao crescimento econômico. Logo, pode-se dizer que existe um consumismo estrutural brasileiro.

O desafio que nos colocamos aqui é semelhante ao que Tristão (2013) se fez: "o que acontece em nome da educação ambiental? Será que estamos prontos para aceitar e compreender as próprias descrições que fazemos e usamos na educação ambiental?" (p. 858). Além de Tristão, com Marcomin e Sato (2016), a questão está em construir esse lugar da contra-hegemonia. Só acrescentaríamos às reflexões dessas importantes autoras é nossa intenção de perseguir as contradições (talvez até denunciar) do Sistema do Capital, como nos indica Mészáros (2011).

Neodesenvolvimentismo, agronegócio e o problema ambiental nas entrelinhas

O desenvolvimento, tendo como vista a melhora progressiva da sociedade, é objetivo encontrado em diferentes plataformas de campanhas e propostas de governo. Não obstante, a partir de qual momento esse objetivo de governo aciona um conjunto de ações intervencionistas ao ponto de ser caracterizado como um "projeto desenvolvimentista"?

O início do século XX na América Latina foi marcado pela exportação de produtos primários no comércio internacional, conseqüentemente, seguiu-se uma contraposição aos pressupostos da economia neoclássica, sobretudo à "Teoria das Vantagens Comparativas", que apregoava uma justa distribuição dos benefícios do progresso técnico dos países industrializados a todos os grupos da sociedade, através da queda dos preços dos produtos industrializados. Isso deveria criar uma situação favorável para os produtores de bens primários (PREBISCH, 1962). Porém, isso nunca ocorreu.

A desconfiança de que os países exportadores de bens primários nunca ganhariam de fato o seu esperado desenvolvimento ganha corpo teórico com a fundação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1948. Nas proposições dessa instituição pode-se destacar três eixos principais como suporte para o desenvolvimento econômico, são eles: nacionalismo, intervenção estatal na economia e industrialização (FONSECA, 2015; BRESSER-PEREIRA, 2005; POCHMAN, 2013).

A essa busca do desenvolvimento econômico mediado pelo Estado deu-se o nome de desenvolvimentismo. No Brasil, as experiências desenvolvimentistas conheceram uma diversidade de proposições antes de serem deixadas de lado a favor do neoliberalismo que se seguiu à abertura política da década de 1980. Depois desse período (talvez não exatamente de um neoliberalismo ortodoxo) marcado principalmente pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, veio o ano de 2002 que marcou a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo do Estado brasileiro. Com Luís Inácio Lula da Silva algumas novidades puderam ser percebidas, como: o afastamento do discurso neoliberal e o emprego de políticas voltadas para o consumo de massas (principalmente as inclusão das classes "c" e "d"); as transferências de renda direta; as políticas de crédito popular e economia social; uma política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica, etc. (BOITO JR. e BERRINGER, 2013) Todas medidas ancoradas na aceção de economia estimulada pelo "lado da demanda" (CÊPEDA, 2012).

O consumo ganha espaço como dispositivo eficaz na promoção de uma estratégia de desenvolvimento econômico voltada principalmente para o mercado interno. Pfeifer (2014, p. 757) caracteriza o rumo percorrido nesse período como uma "inclusão social via consumo de massa". Ou seja, do ponto de vista desse pensamento, a integração das classes no âmbito dos direitos sociais está diretamente relacionada à inclusão no mercado de consumo, logo, o consumo passa a exercer

papel semelhante à saúde e educação; no limite, desempenha papel prioritário, pois é ele que sustenta a economia. Esse processo, diante de toda sua complexidade, recebeu diversas nomenclaturas: novodesenvolvimentismo (MERCADANTE, 2010; CÊPEDA, 2012), neonacionaldesenvolvimentismo (ALMEIDA, 2015) socialdesenvolvimentismo, (BASTOS, 2012) entre outros, a disputa pelo conceito continua em aberto, visto que muitos autores dedicados a esse estudo negam a relação desse neodesenvolvimentismo com o desenvolvimentismo clássico da década de 50. Adotamos o termo neodesenvolvimentismo procurando não acrescentar algum elemento de predileção e tentando um conceito mais histórico e analítico.

Num primeiro momento, vale trazer os itens que caracterizariam o "neodesenvolvimentismo": estar localizado num período histórico após a "onda neoliberal", isto é, não seria mais uma continuidade, mas uma ruptura com o período anterior; ser uma ressignificação do desenvolvimentismo, mantendo as características da intervenção pelo estado e continuar com o nacionalismo, mas, considerando haver espaço para uma reprimarização da economia, redimensionar o lugar da industrialização (mais rural e menos urbano); e ainda, estar sob o comando de um governo de esquerda e de base popular. Com o fim da "Era Lula", prosseguimento do período Dilma, passando pelo governo Temer, indo pelo agravamento das crises econômica e social, o neodesenvolvimentismo perdeu força entre seus principais elementos de caracterização, exceto por um: a reprimarização da economia.

Nesse caminho, a principal característica apresentada pelo neodesenvolvimentismo tem sido a promoção do agronegócio. As exportações agrícolas aumentaram de US\$ 24,8 bilhões, em 2002, para US\$ 71,8 bilhões, em 2008, enquanto as importações aumentaram de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 11,8 bilhões (VIEIRA FILHO e VIEIRA, 2013). Esse processo de expansão agrícola teve participação do estado brasileiro por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desempenhou um papel de protagonismo na criação de novas tecnologias para o agronegócio, sobretudo de novas variedades de plantas. Além disso, o crédito ao setor rural, que se manteve estagnado no período 1995/2002, cresceu a partir de 2003 em função do apoio governamental. No ano de 2000, o total de crédito rural foi de R\$ 13,78 bilhões e passou para R\$ 94,11 bilhões em 2011; em comparação com o PIB o crédito passou de 1,16% do PIB em 2000 para 2,27% em 2011 (MERCADANTE, 2010).

A estrutura do neodesenvolvimentismo se aproxima do que Eduardo Gudynas (2012) chama de "neoextrativismo"⁴, manifestado em diversos governos latino-americanos. Esse neoextrativismo degradador se apropria da natureza e exporta matérias primas em natura, ou pouco processadas. Por conta disso, concebe o território de forma produtivista e pragmática, desvalorizando outras lógicas de ocupação do território, que podem se tornar "áreas de sacrifícios".

Por conta disso, os conflitos socioambientais se voltam para questões relacionadas com a terra, como a expansão territorial da agropecuária e da mineração e a gestão dos recursos hídricos. Daí o crescimento dos debates sobre a demarcação de terras indígenas, concentração fundiária, poluição dos aquíferos, ocupação do Cerrado, uso de agrotóxicos, localização de barragens etc.

4 Assim o autor define o neoextrativismo: "o neoextractivismo se caracteriza por manter, e incluso profundizar, la extracción minera y petrolera, sea por un aumento en los rubros clásicos o por la incorporación de nuevos recursos (por ejemplo, países tradicionalmente no mineros que intentan la megaminería como Uruguay, o países mineros que buscan nuevos rubros como el litio en el caso de Bolivia). A su vez, el modo extractivista de organizar la producción se expande a otros sectores, en particular los monocultivos de exportación." (p. 132)

Talvez o próprio conceito de neodesenvolvimentismo devesse ser revisto após o período da crise econômica, incluindo-se o momento de um Brasil mais conservador e mais próximo de um encaminhamento neoliberal (com o governo de Bolsonaro). E revisto também porque nos últimos anos o item "industrialização" que vinha desde o projeto desenvolvimentista vem se enfraquecendo diante da enorme produção de itens agrícolas. Ainda que haja uma industrialização de novo tipo, próxima do agronegócio, é mais enxuta, concentrada e só reafirma o processamento dos elementos advindos da agricultura e da pecuária. Nesse processo, o Brasil se afasta de vez dos processos tecnológicos e industriais praticados nos países desenvolvidos do hemisfério norte, assumindo de vez a sina de ser o "Celeiro do Mundo".

A compreensão neodesenvolvimentista para o meio ambiente

A retórica neodesenvolvimentista incluiu em sua agenda novas propostas em relação ao desenvolvimentismo clássico, como, por exemplo, a defesa da democracia, que, segundo Bresser-Pereira (2016), não faz parte das características históricas do desenvolvimentismo⁵, assim como a defesa de uma pauta ambiental.

Para Pochmann (2013) o grande desafio que se coloca diante do pensamento econômico é a consolidação de uma economia fundada em bases sustentáveis ambientalmente, o que, para ele, resulta necessariamente no papel central dos direitos sociais. Na mesma orientação, Mercadante (2010) levanta dois desafios importantes para se pensar em termos de desenvolvimento: o desafio da criação da sociedade do conhecimento, na qual a superação da educação de baixa qualidade viabilizaria a inovação e pesquisas mais robustas; e, o desafio da sustentabilidade ambiental, isto é, da transição para a economia verde, que garantirá o crescimento sustentado de longo prazo.

A defesa do meio ambiente pelos neodesenvolvimentistas apresenta um traço pragmático, preocupado com o ponto de vista econômico e com a possibilidade de sair na frente no processo de elaboração de produtos "verdes", como a afirmativa de Mercadante.

O país reúne condições extremamente favoráveis para se colocar na vanguarda da conciliação entre o equilíbrio ambiental e o *direito ao desenvolvimento*. Temos matriz energética relativamente limpa e uma das maiores biodiversidades do planeta. Estamos à frente no uso de algumas energias renováveis e temos condições de estimular o uso mundial de biocombustíveis, sem prejudicar a produção de alimentos e a preservação dos biomas. (MERCADANTE, 2010, p. 393 grifos nossos)

Deduz-se do trecho acima que o caminho da sustentabilidade ambiental é uma oportunidade econômica que o Brasil não poderia deixar de aproveitar, já que reuniria vantagens territoriais quando comparado a outros países. E, sobretudo, "porque a economia verde também possui enorme potencial para gerar bons rendimentos e empregos de qualidade para as populações de baixa renda"

5 Segundo Bresser-Pereira (2016) democracia não é característica histórica do desenvolvimentismo, uma vez que quase todos os países que passaram por esse processo viviam em regimes autoritários. Segundo o autor: "Hoje, todos os países são pressionados para que se tornem democráticos, mas [...] país algum foi capaz de realizar sua revolução capitalista no contexto de uma democracia preexistente." (p. 242)

(MERCADANTE, 2010, p. 397). A política de expansão das Unidades de Conservação (UC) também é apontada como um modelo relevante na direção de uma sociedade sustentável. Porém, é possível perceber que está mantida a compreensão de natureza como "recurso econômico" (seja renovável ou não), o que, em termos de preservação ambiental, pode continuar sendo problemático.

O Estado brasileiro deve estar comprometido com o que o autor chama de "economia verde" e, sendo assim, garantir a dianteira no debate sobre este novo mercado em ascensão. Por conseguinte, uma sustentabilidade ambiental só poderia existir se concomitante à conscientização da sociedade houvesse avanços tecnologicamente inovadores e economicamente viáveis para esse processo.

A contradição entre o interesse no desenvolvimento econômico e a preservação socioambiental é acirrada quando se revela a tentativa de mascarar as injustiças sociais com discursos conciliadores, como o da reciclagem, apontado por Layrargues⁶ (2002); ou como a venda do "direito de poluir", mencionada por Lowy:

As empresas que emitem mais CO₂ vão comprar de outras, que poluem menos, direitos de emissão. Isto seria "a solução" do problema para o efeito estufa! Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, e são incapazes de enfrentar a crise ambiental. (LOWY, 2013, p.81)

Essas políticas se dedicam a pensar o final do processo de produção, quando as mercadorias já foram produzidas, distribuídas e consumidas, tendo sobrado seus resíduos. Daí, a reciclagem, o mercado de carbono e outras políticas dessa linha, idealizam novos negócios, garantindo um novo nicho de mercado e expandindo a lógica de acumulação da sociedade capitalista. Isso permite ao sistema dissimular uma ética sustentável, quando na verdade está apenas se reorganizando para gerar mais lucro.

O projeto neodesenvolvimentista, como proposta conciliadora, concebe a sustentabilidade como um possível apêndice da questão econômica, podendo ser viabilizada quando rentável e negligenciada quando não for. Isso fica evidente nos trabalhos de Mercadante (2010), Pochmann (2013) e Bresser-Pereira (2013). Na verdade, se propõe uma sequência estanque que segundo Bresser-Pereira (2013, p.23) "nas suas fases iniciais é apenas econômico, mas depois, graças à luta dos trabalhadores ou dos pobres, tende a ser democrático e social, e mais tarde ainda, ambiental." Pode-se dizer que a fase ambiental ainda não chegou.

Enfim, quais as implicações para uma Educação Ambiental que se pretende Crítica?

Todo projeto educacional tem como objetivo colocar em prática uma compreensão sobre os anseios da sociedade, daí surgem embates entre perspectivas antagônicas de educação. O projeto

6 O autor percebe que numa sociedade devotada à cultura do consumo a frugalidade é tida como um sacrifício ou uma privação, já que é a posse de bens materiais que garantem a felicidade. Na verdade, um estilo de vida frugal pode, inclusive, acarretar sérios danos à economia. Por isso a reciclagem se torna a melhor opção, pois ela não ameaça o sistema dominante, já que não questiona o consumismo. Recicla-se para não reduzir o consumo. (cf. LAYRARGUES, 2002)

neodesenvolvimentista, que vimos acompanhando até aqui, parte do pressuposto de que o meio ambiente pode render vantagens econômicas capazes de promover o desenvolvimento econômico do país. Esse olhar pragmático em relação ao meio ambiente se reflete em práticas de Educação Ambiental consideradas neste trabalho como conservadoras, através das quais se camufla os problemas estruturais da sociedade para não prejudicar o lucro empresarial.

O consumismo faz parte da estrutura do sistema capitalista, da mesma forma é o alicerce do projeto estudado, uma vez que por meio do consumo de massas se alcançou resultados consideráveis nos âmbitos econômico e social. Por conta disso, a relação entre o aumento do consumo e a produção de lixo passa a ser vista como um entrave ao desenvolvimento, conseqüentemente o limite de uma educação ambiental nos moldes do projeto neodesenvolvimentista se volta à reflexão do que fazer com o lixo já produzido. Dessa conciliação de interesses, a educação ambiental se dedica a discorrer sobre aspectos puramente comportamentais das pessoas, destacando a reciclagem e a separação do lixo como procedimentos essenciais.

Conforme Lima (2002) adverte, essa compreensão induz a uma falsa consciência ambiental, que se esquia de uma reflexão sobre a estrutura social fundada no trabalho alienado e na subordinação dos seres humanos e da natureza ao processo de acumulação de capital. Diante dessas premissas, a uma EA-Crítica é necessário pensar "para além do capital" (MÉSZÁROS, 2011). Reconhecer quem mais sofre com as mazelas ambientais, quem mais exaure o planeta com o nível de consumo e quem tem a possibilidade de fugir dos ambientes poluídos, isso ajuda a não limitar o debate ao nível do comportamento individual.

Lowy (2013), comentando sobre o consumismo numa sociedade democraticamente planejada, argumenta que o fetichismo dos bens de consumo⁷ provoca necessidades artificiais, e defende que o critério para distinguir se uma necessidade é autêntica ou não seria a sua permanência após a supressão da publicidade. Na verdade, para o autor:

A publicidade é um desperdício monumental de energia humana, trabalho, papel, árvores destruídas para gasto de papel, eletricidade etc., e tudo isso para convencer o consumidor de que o sabonete X é melhor que o sabonete Y – eis um exemplo evidente do desperdício capitalista (LOWY, 2013, p. 83)

Levando-se em consideração que a tendência atual é a constante valorização do valor de troca, em detrimento do valor de uso, com estratégias como a obsolescência planejada e a inovação estética, fica claro que a proposta de Lowy vai na direção de uma educação engajada na transformação do sistema, ou seja, uma EA-Crítica.

Outra pauta comportamentalista decorrente do estímulo ao consumo é a transferência de responsabilidade do problema ambiental para os consumidores, nesse caso se constrói uma pedagogia ambiental midiática que confere aos usuários a responsabilidade de consumir produtos específicos de

7 Conceito manifesto pela teoria do valor de Marx, através da separação entre valor de uso (inerente à mercadoria) e valor de troca (produção feita para a troca no mercado), onde o valor de uso é minimizado em favor do valor de troca e as relações humanas complexas passam a ser externadas apenas como uma relação entre coisas. Tendo a sociedade capitalista suas bases firmadas na produção de mercadorias, é mister que o homem deixa de ser o centro do desenvolvimento e a sua própria produção o domina.

empresas "responsáveis" ambientalmente. Essa educação bancária busca aumentar os lucros com a venda de mercadorias "verdes", ou seja, prioriza-se o desenvolvimento com a promessa de uma prática sustentável de exploração dos recursos naturais a partir dos avanços das tecnologias limpas (SANTOS, 2012).

Lamosa e Loureiro (2014) apontam ainda que nos limites dos projetos neodesenvolvimentistas notou-se a difusão de uma educação patrocinada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), através da qual se afirmam ações de responsabilidade social e de educação ambiental do agronegócio. Os autores encontraram a influência deste setor em cursos de graduação, pós-graduação e no ensino básico, além da produção de revistas acadêmicas e projetos orientados pelo ideário do Agronegócio.

Diante de tudo o que foi visto, para alcançar uma EA-Crítica, não se pode ignorar as disputas de interesses intrínsecas a uma sociedade de classes, ou seja, não se concebe a possibilidade de uma neutralidade na educação, deve-se compreender que há uma luta pela hegemonia e estabelecer o desejo de uma educação ambiental transformadora.

Percebe-se que, em vez de uma lista de regras comportamentais, a EA-Crítica se dispõe a retirar as certezas sobre cujas bases estão assentadas a sociedade. Essas reflexões são necessárias, uma vez que desmonta as práticas irrefletidas e germinam novas formas de fazer uma educação realmente transformadora. No limite, a EA-Crítica não somente é uma alternativa às práticas educacionais, mas é, sobretudo, a única possibilidade real de mudança em direção à uma sociedade sustentável socioambientalmente.

Considerações finais

O maior passo de uma EA que se propõe Crítica é a busca por aprofundamento cada vez maior da realidade na qual vivemos, a partir disso indicar práticas (e para serem sempre continuamente revistas) que possam fugir de propostas estanques e acríticas que corroboram apenas para manutenção da ordem vigente. A EA-crítica é uma proposta de movimento. Essa EA-crítica que definimos algum tempo atrás e conseguimos ver que precisamos reiterá-la aqui:

(...) não pressupomos que a "Questão Ambiental" estivesse fora da Educação (...), como também não pressupomos que é suficiente sua entrada e permanência. Ao contrário, pressupomos que precisávamos nos contrapor a algo estabelecido, em termos de "Educação em Ciências", em termos de "Educação Ambiental"... Propomos uma ciência politizada! Nossa prática ideológica é buscar o conhecimento. Cada vez mais, vamos entendendo que a Educação Ambiental Crítica (EA-crítica) é aquela que quer conhecer até o fim, que quer o aprofundamento das questões, enquanto a educação conservadora quer exatamente camuflar ou simplesmente manter-se na superfície. Esta é nossa definição mais básica para a EA-crítica... (BOMFIM et. al. 2015, capa)

Neste trabalho buscamos compreender os pressupostos da EA possivelmente conservadora contida no projeto neodesenvolvimentista e, posteriormente, fazer a sua crítica. Percebemos a compreensão da inclusão do tema meio ambiente, mas que continua como recurso disponível para o

desenvolvimento econômico, ou seja, a lógica do lucro se sobrepõe, mesmo que em nova bases, ao interesse ambiental.

A EA baseada no que fazer com o lixo produzido deixa evidenciar em suas ações uma prática comportamentalista, propondo mudanças de hábitos às pessoas, isto é, a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável é do próprio indivíduo. Daí, surgem propostas como reciclagem, crédito de carbono, selo verde, entre outros.

É fundamental para a EA-Crítica entender as estruturas do sistema em que estamos inseridos e extrapolar suas fronteiras, pois apenas assim poderemos ir para além de medidas mitigadoras e ineficientes nas propostas ambientais. *Eppur si Muove!*⁸

Referenciais

- ALMEIDA, L. F. R. Neoliberaldesenvolvimentismo e relações de classes nos governos Lula. *Lutas Sociais*, São Paulo, v.19 n.35, p.142-159, 2015.
- ALMEIDA, P. R. O Brasil e o FMI Desde Bretton Woods: 70 Anos de História. *Revista Direito GV*, São Paulo. V.10, n.2, p. 469-496, 2014.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. Especial, p. 779-810, dez. 2012.
- BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*. v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013.
- BOMFIM, A. M.; TRINDADE, M. A. V. M.; SILVA, F.G.O.; OLIVEIRA, T. S. *A Questão Ambiental na Educação Básica*. Rio de Janeiro: Publit, 2015.
- BOMFIM, A. M. O (Sub) Desenvolvimento (In)Sustentável: A Questão Ambiental nos países periféricos latino-americanos. In: *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 10. Rio de Janeiro, UFF, 2010.
- BRESSER-PEREIRA. Empresários, O Governo do PT e o Desenvolvimentismo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, P. 21-29, 2013.
- _____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, v.36, n.2, p. 237-265, 2016.
- CEPÊDA, V. A. Inclusão, Democracia e Novo-Desenvolvimentismo: Um balanço histórico. *Estudos Avançados*. vol. 26 n. 75, São Paulo, 2012.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*. nº 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- DELUIZ, N.; NOVICKI, V. Trabalho, Meio Ambiente E Desenvolvimento Sustentável: Implicações Para Uma Proposta De Formação Crítica. *Boletim Técnico Senac*, 2004.

8 "Ainda assim, ela se move" Galileu Galilei em 1633.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*. São Paulo, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

GUDYNAS, E. Estado Compensador y Nuevos Extractivismos. *Nueva Sociedad*, n. 237. 2012.

GUIMARÃES, M. *A formação de Educadores Ambientais*. 8. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. F. B. Agronegócio e Educação Ambiental: uma análise crítica. *Ensaio avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, v.22, n.83, p.533-554, 2014.

LAYRARGUES, P. P. O Cinismo da Reciclagem: O significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. p. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.

LIMA, G. F. C.; Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. p. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.

_____; LAYRARGUES, P. P. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*. Ribeirão Preto, set. 2011.

LOWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: A alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013.

MERCADANTE, A. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, p. 356, 2010.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. Ed. São Paulo, SP: Boitempo. 2011.

POCHMANN, M. Desafios do desenvolvimento brasileiro. *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 705-722, 2013.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. *CEPAL, Boletim econômico da América Latina*, v. VII, p. 71-136, 1962.

SANTOS, D. A. *Propaganda, Consumo e Sustentabilidade: Uma análise narrativa da publicidade como aporte à educação ambiental crítica*. Pós- Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro-Campus de Nilópolis, p. 140, 2012.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; VIEIRA, A. C. P. Evolução do Desempenho Comercial do Setor Agropecuário Brasileiro de 1990 a 2012. *Boletim regional, urbano e ambiental, IPEA*. Jul-dez, 2013.

Thiago da Silva Oliveira

Mestre em Ensino de Ciências pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e Licenciado em Química pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA). Interessado na área educacional, sobretudo referente às políticas educacionais, desigualdade de acesso, ensino de ciências e educação ambiental.

-mail: thiagosilvaoliveira1989@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8855-470X>

Alexandre Maia do Bomfim

Professor Associado II do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (PROPEC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: thiagosilvaoliveira1989@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5617-2229>

Recebido em: 06 de maio de 2020

Aprovado em: 29 de maio de 2020

Publicado em: 11 de junho de 2020